

O choque das esquerdas: as diferentes visões teóricas de desenvolvimento entre PT e PDT, dos planos de 2018 aos caminhos para 2022

The clash of the lefts: the different theoretical visions of development between PT and PDT, from the plans for 2018 to the paths for 2022

DOI: 10.34117/bjdv8n5-391

Recebimento dos originais: 21/03/2022

Aceitação para publicação: 29/04/2022

Agnaldo de Sousa Barbosa

Pós-doutor e livre-docente em Sociologia pela UNESP

Instituição: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) - UNESP Franca

Endereço: Av. Eufrásia Monteiro Petrágli, Jd. Dr. Antônio Petrágli, 900

E-mail: agnaldo.barbosa@unesp.br

Guilherme Cunha Soares

Graduando

Instituição: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) - UNESP Franca

Endereço: Rua Honório Maia, bairro Maranhão, 70

E-mail: guilherme.c.soares@unesp.br

RESUMO

A inflação, o desastre sanitário e a popularidade oscilante faz com que Bolsonaro não seja certeza no segundo turno de 2022. O candidato do PT e o candidato do PDT podem vir a se enfrentar. Neste cenário, quais seriam as diferenças nas visões de desenvolvimento entre tais figuras e partidos? O presente artigo, a partir do enfoque em dois líderes políticos presidenciais em 2021 provocará acerca da influência de Giovanni Arrighi e Mangabeira Unger sobre o pensamento da esquerda brasileira, e acerca de como essa influência se transpassa em produções acadêmicas, entrevistas destes presidenciais, e para seus partidos a partir dos planos de governo de 2018.

Palavras-chave: mangabeira unger, giovanni arrighi, desenvolvimento, pt, pdt.

ABSTRACT

Inflation, health disaster, and fluctuating popularity makes Bolsonaro no certainty in the 2022 runoff. The PT candidate and the PDT candidate may face each other. In this scenario, what would be the differences in development visions between such figures and parties? The present article, from the focus on two presidential political leaders in 2021 will provoke about the influence of Giovanni Arrighi and Mangabeira Unger on the thought of the Brazilian left, and about how this influence is transposed in academic productions, interviews of these presidential candidates, and for their parties from their 2018 government plans.

Keywords: mangabeira unger, giovanni arrighi, development, pt, pdt.

1 INTRODUÇÃO

Fruto de descompromissada curiosidade, a origem da pesquisa engendrou-se de uma dúvida sobre o termo “arrighiano”. Explico, Fernando Haddad, assim como Ciro Gomes, era presidenciável em 2021, por conseguinte, ambos deram entrevistas e responderam questões como possíveis candidatos do PT e do PDT. O programa de Youtube “Conexão Xangai”, que reúne como entrevistadores os economistas André Roncaglia, professor da UNIFESP, Elias Jabbour, professor da UERJ, Paulo Gala, professor da FGV e Uallace Moreira, professor da UFBA, inquiriu ambos candidatos a respeito dos problemas do Brasil e sobre a visão de desenvolvimento que cada candidato tinha. Na entrevista com Haddad, realizada em 14/02/2021, o representante petista alegou-se “arrighiano”, quanto à visão de desenvolvimento, e que tivera a honra de fazer o prefácio da versão brasileira de “a ilusão do desenvolvimento” de Arrighi.

Dada as semelhanças quanto aos pensamentos e discursos de campanha entre os candidatos da esquerda¹ e a importância de se saber diferenciar os candidatos, ainda mais em períodos de crise, nos quais reformas institucionais tornam-se mais realizáveis, pareceu oportuno pesquisar as ideias de desenvolvimento de Giovanni Arrighi, que influenciara Haddad, e encontrar o teórico influenciador de Ciro Gomes, outro relevante candidato da esquerda. Assim, para tornar possível fazer uma comparação que pudesse, talvez, identificar diferenças entre a esquerda petista e pedetista, preocupei-me em encontrar o teórico que mais influenciava a visão de desenvolvimento de Ciro Gomes, e esse teórico foi o Roberto Mangabeira Unger. Ciro teve contato com Mangabeira nos tempos de estudo em Harvard, relação que mais adiante, ensejou a escrita pelo teórico do prefácio da última obra publicada por Ciro “Projeto Nacional: o dever da esperança”.

A realização da pesquisa, contudo, não dispôs apenas desse aparato para estudar possíveis diferenças na visão de desenvolvimento econômico e social dos candidatos, mas almejou fazer um multi-exame de compatibilidade entre a teoria e a prática, de forma a estudar entrevistas dos candidatos, livros escritos por eles e os planos de governo de seus partidos no ano de 2018.

¹ que se deve, segundo Duncan Kennedy a um abandono, na era neoliberal, das ideias grandiosas que ampararam as globalizações ideológicas anteriores, seja da Teoria Legal Clássica (liberalismo econômico) seja da teoria Social (interesse público e interdependência humana), que foram substituídas por uma análise de políticas, em tese, tecnocrática de coexistência de elementos transformados do período Social e do período da Teoria Legal Clássica. (2006, p.63-65). O que ensejou certa hegemonia do valor do livre mercado e a maior dificuldade em identificar diferenças em correntes políticas.

Com isso, a pesquisa originou-se como uma forma de rascunhar - pressupondo a característica personalista do partidarismo brasileiro e a concentração de poder de influência simbiótica dos líderes políticos com seus partidos - um possível arquétipo do que representarão as candidaturas do PT e do PDT à presidência em 2022. Eleição na qual, como registra-se em pesquisas do PoderData² o candidato petista – agora Lula (ainda circunstancialmente representado por Haddad em entrevistas com presidenciáveis) – e o candidato pedetista contam com o maior potencial de voto, enquanto o atual presidente declina em sua popularidade devido ao caos sanitário e econômico.

O trabalho será dividido em quatro partes. A primeira parte trará o substrato teórico sob o aspecto de visão de mundo e visão de desenvolvimento de Giovanni Arrighi e Roberto Mangabeira Unger. Em seguida analisar-se-á a compatibilidade dos teóricos com as entrevistas apreciadas e bibliografias produzidas pelos políticos. A terceira parte reter-se-á em analisar a compatibilidade dos planos de governo com os teóricos e com a prática dos candidatos. Por fim, trazer-se-á na conclusão uma síntese das descobertas, isto é, se é possível identificar predileções dos candidatos a certas políticas públicas.

2 DOS TEÓRICOS

2.1 VISÃO DE MUNDO

2.1.1 Giovanni Arrighi

O italiano interpreta a realidade a partir da metodologia Sistema-Mundo, cuja questão central é o caráter transnacional do capitalismo e, na sua interpretação, a distribuição da riqueza. Entende que a riqueza mundial é oligárquica e mantida nos países centrais pela exclusão e exploração dos países mais pobres. O sistema-mundo capitalista contaria, conforme o ensinamento de Schumpeter, com uma contínua modificação das circunstâncias e, por consequência, da funcionalidade de mecanismos perpetuadores, o que engendraria em tal sistema um espírito evolucionar e de mudança perene. Nessa linha:

As relações centro-periferia não são determinadas por particulares misturas de atividades, mas por um resultado sistemático da ventania constante destruição criativa e não criativa engendrada pela luta sobre os benefícios da divisão mundial do trabalho.(tradução livre) (1990, p.15)

Destarte, os países centrais seriam centrais não devido a trocas desiguais, nem por serem industrializados, ou receberem transferências unilaterais de trabalho e capital, mas

² <https://www.poder360.com.br/pesquisas/eleicoes-2022-lula-tem-potencial-de-voto-de-55-dos-eleitores-mostra-poderdata/>

por sua posição na hierarquia de riqueza, que permite iniciar e controlar processos de inovação que fornecem benefícios a estes na divisão internacional do trabalho.

2.1.2 Roberto mangabeira unger

O pensador brasileiro adota visão de mundo Construtivista Institucional, e a metodologia de análise da teoria social chamada explicação interpretativa ou significado comum, segundo a qual opondo-se as limitações dos métodos histórico ou racionalista, interpreta a sociedade a partir de um conjunto ação-convicção não lógico ou causal. Essa interpretação enseja a perspectiva da centralidade do colonialismo mental dos países centrais sobre os países semiperiféricos e periféricos. O que teria por consequência, no mundo, países subalternos, que não levassem sua história e experiência em conta no momento de criar instituições e políticas públicas.

Exnurgando a determinação do mundo a partir da centralidade de estruturas ideológicas, imaginativas e materiais, e não nuclearmente pela concentração de riqueza, Mangabeira explicita o poder de narrativas dos países centrais, seja por Consensos, como o de Washignton, seja por propagação de interpretações errôneas do desenvolvimento de países já centrais, como o que chama ser a, relevante, intenção de tornar o Brasil uma “Suécia tropical”, que, em fato, engendraria apenas uma busca de humanizar e não modificar estruturas do capitalismo nacional. A chamada ditadura da falta de alternativas criar-se-ia a partir da falta de experimentalismo nacional, restrito pelo poder da ideologia dominante e da consequente replicação de instituições dos países centrais, o que ocorreria apenas subsidiariamente devido à concentração de riqueza dos países centrais :

Americanos costumam deixar-se seduzir pela idolatria de suas instituições[...]pretensão de haver os Estados Unidos descoberto, no ato de sua fundação, a fórmula institucional definitiva de uma sociedade livre[...]Essa fórmula tem de ser apenas ajustada, de tempos a tempos, sob a pressão das crises. Ao resto da humanidade, cabe aproximar-se, como puder, da fórmula salvadora para não continuar afundada no despotismo e na pobreza.(2018, p.15-16)

A nossa realidade seria, então, subscrita pelos processos de colonialismo mental. A influência e as supostas fórmulas prontas distribuídas pelos países centrais, constituiriam e replicariam o status quo.

2.2 VISÃO DE DESENVOLVIMENTO

2.2.1 Giovanni Arrighi

Giovanni Arrighi cria, em “A ilusão do desenvolvimento” uma interpretação única de desenvolvimento que compartilha de algumas teses e se opõe a outras. Quanto aos alinhamentos destaca-se que Arrighi usa de Schumpeter para explicitar como o processo de inovação voltado ao lucro gera refreamento na competição e concentração da produção em duas fases: A e B. Essas fases correspondem, temporalmente, à baixa competitividade a partir de uma descoberta, em A, e de ganho de competitividade, em B. Arrighi avança sobre essa ideia e identifica - mais do que temporalmente - espacialmente tais estágios das atividades produtivas, ou seja, que começam nos países centrais e depois se marginalizam para os semi e periféricos.

Desta tese origina-se a interpretação de Arrighi de erros desenvolvimentistas. A indústria para Arrighi seria algo periférico a partir da década de 1960.

a industrialização da semiperiferia e da periferia foi, em última análise, um canal, não de subversão, mas de reprodução da hierarquia da economia mundial[...]cada vez mais superlotadas de modo que não apenas os prêmios espetaculares desapareceram, mas até mesmo os benefícios menores colhidos pelos primeiros atrasados se transformaram progressivamente nas perdas generalizadas da década de 80.(1997, p.186-187)

Continuando a crítica, aponta que a teoria da dependência teria se saído melhor que a tese de modernização desenvolvimentista, inspirada na ideia de trocas desiguais e industrialização. A teoria da dependência interpretaria a realidade a partir de uma ideia de polarização generalizada, que segundo a tese de Arrighi, seria espacial e temporal, e promovida pela concentração de riqueza, que permitiria a contínua destruição criativa e inovativa dos países centrais.

Os países semiperiféricos, em meio a intensa competição e pressão para não decair de seu patamar de riqueza, adotariam políticas anti-exploração e anti-exclusão, para fazer manutenção de sua posição de vantagem no comércio internacional, enquanto cultivam internamente tecnologias e produtos incapazes de competir externamente. Nesse sentido, os países semiperiféricos caracterizar-se-iam pela mistura da produção de bens periféricos e centrais e pela, em regra, incapacidade de modificar seu estamento de riqueza e tornar-se central, mesmo no caso de revoluções anti-sistêmicas, como ocorrera na União Soviética.

O autor aponta que a enorme desigualdade e a falta de excedente de riqueza nesses países promoveriam constante instabilidade política. Por conseguinte, como meta de

desenvolvimento para tais países Arrighi sugere o foco em medidas democratizadoras e meritocráticas. A luta antidiscriminação seria parâmetro para a permanência da democracia e da proteção às minorias e a meritocracia seria o fator distributivo e eficiente de riqueza semiperiférica.

2.2.2 Roberto mangabeira unger

A partir de sua visão de mundo, Mangabeira estabelece uma teoria para o desenvolvimento nacional, dispondo de críticas e impasses a serem transpassados. Em essência, Mangabeira acredita na possibilidade de uma teoria do desenvolvimento que consiste num experimentalismo nacional que adquire, a partir da análise de nossa história, diretrizes de um projeto nacional e de mudança do imaginário pátrio pela cultura, de forma a modificar estruturas. A crença no desenvolvimento pelo construtivismo institucional e a consequente fuga do colonialismo mental é central em seu pensamento.

Construir instituições e ideologias experimentalmente brasileiras demandaria fugir do pensamento hegemônico que engendra a leitura da realidade com desencanto. Deixar-se-ia de naturalizar constrangimentos estruturais e passar-se-ia, a partir do diagnóstico e da escolha de uma direção, traçar programas e passos. Buscar-se-ia transformar estruturas imaginativas, ideológicas e institucionais.

O teórico critica que grande parte da teoria social tende a explicar a realidade brasileira e a força do colonialismo mental a partir de dois pensamentos que afastam-se de apontar caminhos programáticos: o fatalismo e o moralismo. O primeiro afirma o colonialismo mental como decorrente de uma formação do país sem afirmação nacional e, por conseguinte, sem experimentalismo e futuro desenvolvimento. A segunda tende a apontar a falta de coragem na defesa nacional.

Ambas as teses, segundo Mangabeira, abrem mão de traçar caminhos e deixam de explicar a variabilidade do poder do colonialismo mental e sua persistência ao longo do tempo. A persistência, para ele, seria consequência de nosso produtivismo precário e individualista pela tradição de exploração do trabalho; da falta de construção e propagação da imagem de uma personalidade nacional; e das interpretações pejorativas do Brasil, como a da ideologia da cooptação, da cordialidade, dos meios termos e dos panos quentes, que performariam um culturalismo determinista.

A variabilidade do poder do colonialismo mental deu-se, segundo o autor, por dois motores experimentalistas em diferentes tempos de nossa história: um é o projeto de desenvolvimento nacional, que ocorrera com José Bonifácio no começo da república e

dos anos 50 até o início dos anos 60. O outro motor seria uma base acadêmica e intelectual de afirmação nacional e resistência ao colonialismo, neste aspecto cita os modernistas de 1922, ainda que não houvesse um governo com projeto nacional para lhes ajudar.

Para sustentar tal pensamento, opõe-se a teoria dos interesses objetivos das classes sociais e indica que com a modernidade e as novas formas de relação na divisão do trabalho o maior distanciamento do conflito de classe promove uma equidistância entre pensar quais são os interesses de classes e quais seriam as possíveis alternativas estruturais à ordem vigente, dependendo sobretudo das expectativas que, pela imaginação do possível, cria novos interesses.

Por fim, Mangabeira explicita a importância de uma construção programática adjacente pelos teóricos sociais na linha de trabalhar:

a qualificação e democratização do aparato produtivo do país rumo a uma forma inclusiva da economia do conhecimento, a construção de maneira de ensinar e de aprender no Brasil que aproveite nossos pendores em vez de guerrear contra eles e a construção de uma democracia de alta energia que dispense as crises como condição de mudança”(2018, p.13 -14)

Ou seja, o autor indica a importância de democratizar não apenas o consumo, mas o lado da oferta econômica, que, coadunado à reforma educacional, ensejaria a produção de bens que carreguem maior valor agregado/industriais na economia do conhecimento, paguem salários maiores e desenvolvam o Brasil, com a democracia de alta energia, de forma sustentável ao longo do tempo.

3 EXAME DE COMPATIBILIDADE ENTRE TEÓRICO E CANDIDATO

3.1 FERNANDO HADDAD

3.1.1 Livros

Os escritos sob análise nesse tópico são os livros “Em Defesa do Socialismo” e “Sindicatos, Cooperativas e Socialismo”, escritos, respectivamente nos anos 1998 e 2003. A análise será feita a partir das preocupações demonstradas pelo autor a respeito do desenvolvimento.

A obra “Em Defesa do Socialismo” elucida a sofisticada perspectiva que Marx tinha a respeito da endoginização do conhecimento no processo produtivo e na sua produção de valor. Haddad aponta que a universalização do ensino básico e superior nos países centrais permitiu tal transformação em seus processos produtivos, o saber criaria uma renda exclusiva protegida pela patente. Com a transnacionalização da produção, no

entanto, as conquistas em bem-estar social decaíram, e uma disputa inter-estatal pelo capital financeiro determinaria o sucesso econômico. Por conseguinte, sugere políticas socializantes. A tributação seria central para o acesso a bens essenciais à reprodução da sociedade e, subsidiariamente, à alocação de fatores de produção visando o bem-estar social, em detrimento do supérfluo (determinado pela interação social). O crédito para cooperativas seria outro passo. Ademais, explicita a importância da socialização dos meios de comunicação por cooperativas independentes do Estado, junto com uma reforma educacional para ampliar a capacidade cidadã de entender informações e notícias. Por fim, traz a importância do marketing político para trazer à tona impulsos emancipatórios que nem sempre se vendem ao eleitor.

A obra “Sindicatos, Cooperativas e Socialismo” explicita a compatibilidade do sindicato com a lei do valor de Marx - que identifica aos trabalhadores o salário como de subsistência - ao representar, no interesse da classe, a luta pela manutenção do valor do trabalho quando do ganho de produtividade, e seu consequente ampliação de acesso ao consumo de bens. Questão que, contudo, é historicamente refreada pelo exército industrial de reserva que desvaloriza o salário. Por essa limitação, as políticas de proteção ao trabalhador dar-se-iam, com maior materialidade, por legislações. O Estado de Bem-Estar formar-se-ia, nesta linha, por consequência - além do sindicalismo - do sufrágio universal, das políticas anticíclicas keynesianas e endogeneação da ciência como fator de produção. O Estado poderia transferir renda para os trabalhadores pela taxação ou pela dívida pública. Mas a superação dessa política reformista seria o cooperativismo, que quebraria a relação entre proprietário e trabalhador. Contudo para isso seria necessário ajuda de crédito, tributação, ciência e o poder político.

De acordo com o apresentado destaca-se, em relação a Arrighi, que Haddad não centra-se em uma ideia de projeto nacional para atingir-se o desenvolvimento mas, no caso, na ideia de socialismo. Haddad compartilha do entendimento Schumpeteriano colocado por Arrighi quanto à destruição criativa e à descrença no desenvolvimentismo que faz com que suas propostas almejem humanizar o capitalismo pela redistribuição em busca do bem-estar e quebra da relação assalariada pelas cooperativas, fortalecendo a ideia de solidariedade como promotora de desenvolvimento, ainda que sem projetos, mas linhas cruciais, como o sufrágio universal, as políticas anticíclicas e a reforma educacional e midiática.

3.1.2 Entrevistas

Nas entrevistas sob análise, quais sejam a dada no programa Conexão Xangai, em 14/02/2021, e na Conferência Harvard & MIT – Desafios do Brasil, em 17/04/2021, Haddad segue uma tendência de apontar o investimento em educação superior, ciência e tecnologia, conforme Theodore Schultz³, assim como o combate aos particularismos patrimonialistas para o desenvolvimento. Menciona ser Arrighiano ao citar que, mais do que a indústria, é importante a inovação, que se dá pela educação e pela infraestrutura. Destacou a emergência educacional pela pandemia e a necessidade de uma agenda institucional para garantir os pilares da democracia, como uma agenda de direitos humanos para as mulheres, à população LGBT e contra o racismo.

Haddad demonstra preocupação especial com o temor disposto por Arrighi acerca das nações semiperiféricas que sofreriam com maiores riscos de crises humanitárias e opressão de minorias. Ademais, dispõe, centralmente, a importância da educação e ciência e tecnologia e infraestrutura para o desenvolvimento, diferente da tese projetadora e industrializante desenvolvimentista.

3.2 CIRO GOMES

3.2.1 Livros

Os escritos sob análise nesse tópico são os livros “O Próximo Passo uma Alternativa Prática ao Neoliberalismo” e “Projeto Nacional: O Dever da Esperança”, escritos, respectivamente, em 1996 e 2020. A análise aqui, da mesma forma, é feita a partir das preocupações demonstradas pelo autor a respeito do desenvolvimento.

No livro “O próximo passo: uma alternativa prática ao neoliberalismo” Ciro posiciona sua visão de sucesso civilizatório em pilares considerados humanísticos e pragmáticos. O acerto macroeconômico, no qual a taxaço serve prioritariamente como forma de conseguir livrar-se da pressão e dependência financeira pela redução da dívida pública, que afeta juros e câmbio, e pelo investimento produtivo, mostra-se de forma central. A luta contra a dominação e exclusão de minorias raciais e sexuais consta em seu projeto como aspiração democratizante. Neste livro soergue o projeto desenvolvimentista e a consolidação da inflação como condição absolutamente necessárias, mas não suficientes, para o sucesso civilizatório, que necessitaria de medidas igualizadoras pelo chamado produtivismo inclusivo. Ciro explicita que o neoliberalismo é, em si uma visão

³ Sintetizada por “A grande diferença nos ganhos parece refletir principalmente as diferenças em saúde e educação”(tradução livre)(1961,p.4)

socialmente preocupada, mas insuficiente em suas políticas compensatórias e mesmo de difusão da pequena propriedade. Faltaria o aspecto central do crescimento econômico inclusivo, que retrai a separação nacional entre vanguardas e retaguardas marcantes.

Em “Projeto Nacional: O Dever da Esperança” *Ciro* redefine algumas ideias, mas persiste com ideia de absoluta necessidade de reformas econômicas para a condição necessária - ainda que insuficiente ao sucesso civilizatório - do crescimento. O candidato traça, considerando a adaptabilidade ao Brasil, um padrão que considera ser o caminho para êxito civilizatório, interpretado como Estado de Bem Estar derivado da ambição do país produzir mais riqueza, o povo ter mais capacidades e habilidades e melhores condições de vida com saúde, educação, etc gratuitos e de qualidade. O padrão explicita a necessidade de majorar a poupança interna; haver coordenação entre governo, academia e empresariado; investimento em pessoas, principalmente na educação, mas também no combate à pobreza. A indústria, assim como a política de juros (dita como continuação da transferência de renda pela inflação inercial) e cambial são centrais em sua ideia de desenvolvimento a longo prazo. Destaca também a importância de uma política comercial externa que sirva aos interesses nacionais, além da importância do combate aos meios de sabotagem e desestabilização internacional.

A partir dessas obras é possível identificar uma grande influência de Mangabeira Unger na forma de pensar de *Ciro* Gomes. Seja pela tese do diagnóstico e desenho programático adjacente, seja pela priorização de políticas que almejam modificações estruturais no campo produtivo em vez da priorização de políticas redistributivas e compensatórias humanizadoras do sistema vigente.

3.2.2 Entrevistas

Nas entrevistas sob análise, quais sejam a do programa Conexão Xangai, em 06/06/2021, e na Conferência Harvard & MIT – Desafios do Brasil, em 17/04/2021 *Ciro* posiciona-se em linha com o disposto em seu último livro, “Projeto Nacional”, dispõe de uma organização metodológica para responder questões sobre o desenvolvimento sempre amparado em um diagnóstico histórico e desenho do quadro social atual, privilegiando a necessidade de discutir-se o lado econômico envolvido com o crescimento, assimetrias e desafios. Nessas ocasiões defende a criação de um pensamento autônomo nacional, vislumbrando metas de desenvolvimento a pequeno e longo prazo.

As falas de *Ciro* coadunam-se com a tese de Mangabeira de combate ao colonialismo mental. Destaca-se, também, que segue a tese de diagnóstico com programa

adjacente, destacando o crescimento econômico como fundamental ao desenvolvimento social.

4 EXAME DOS PLANOS DE GOVERNO DE 2018

A análise deter-se-á às prioridades traçadas pelos partidos nas primeiras 10 páginas do plano de governo. Este critério fora tomado porquanto no transcorrer de 60 páginas os partidos, sem complexidade, traçam soluções para todos os problemas, sem, muitas vezes, medirem conflitos e prioridades, que são mais bem exibidos no trecho introdutório do plano de governo.

Em primeiro plano aponta-se a disposição da essência dos dois planos de Governo. Centralmente o plano de Ciro dispõe “um programa de governo elaborado por quem e para quem deseja ver o país novamente crescer, produzindo com dignidade e soberania” (2018, p.4), enquanto o plano de Haddad “propõe uma verdadeira refundação democrática do Brasil para recuperar a soberania nacional e popular, atingidas duramente a partir do golpe de 2016” (2018, p.5). Tais disposições podem ser consideradas como consequência das diferenças intrínsecas entre os partidos: o PT fora partido governante e disputava, em 2018, para defender a experiência de governo e os malefícios de sua perda de poder; o PDT, com Ciro, almejava, pela primeira vez chegar à Presidência da República, não tendo missão de defender erros ou acertos de governo.

Em segundo plano observa-se frutos desta diferente essência dos planos de governo, além de diferenças que se destacam a respeito da visão de desenvolvimento.

O PT usa do argumento de autoridade - “o povo brasileiro sabe da nossa capacidade de conduzir o Brasil como ocorreu com a liderança de Lula durante as crises de 2003 e 2008” (2018, p.5) - para enunciar a volta da geração de empregos, da valorização do salário mínimo e do impulsionamento da economia popular. Ademais, aponta a necessidade de revogar as reformas do governo Temer e “interromper o caminho de volta do Brasil ao vergonhoso Mapa da Fome” (2018, p.6), uma grande bandeira dos governos petistas.

O PDT, por outro lado, sinalizou na sua proposta de governo - que não seria, nem poderia ser, uma retomada - uma proposição política nova. Nela definiu-se um projeto nacional de desenvolvimento que guiar-se-ia pelo seguinte princípio:

“crescimento a partir da modernização de nossa estrutura produtiva, de forma sustentável, com a incorporação de pessoas ao mercado de trabalho, que serão qualificadas através de boas políticas de educação, saúde e relacionadas às demais condições de vida”(2018, p.4)

O PT propôs um programa com mais espírito de conflito do que o do PDT. Trouxe, em sua essência, a meta de combater as causas de sua perda de poder. O trecho do plano de governo, a seguir, demonstra tal ideia: “não haverá efetiva democracia na sociedade sem democracia, diversidade e pluralismo na mídia”(2018, p.7)

O PDT, comparativamente, traçou interesses defendidos em seu plano, mas em relação ao projeto a ser realizado no futuro e não à possível perda de poder em relação a setores da sociedade, como se observa no trecho: “priorizar quem trabalha e produz, buscando a geração de empregos e a melhoria das condições de vida dos menos favorecidos, e defender a soberania e os interesses brasileiros.”

Acerca do desenvolvimento, ambos planos de governo exaltam a importância da reindustrialização para a superação da situação semiperiférica, em linha com o desenvolvimentismo nacional de Celso Furtado. Ligação que, segundo o professor Alessando Octaviani, implica-se por haver “várias maneiras de se aproximar do pensamento de Celso Furtado, que não são necessariamente excludentes, mas constituem cortes que levam por (e a) caminhos distintos”(2013, p.147). Nesta linha, há uma diferenciação quanto à centralidade do fomento ao mercado interno nas medidas de recuperação de emprego e desenvolvimento, que ensejam a discussão abaixo.

O equilíbrio fiscal é requisito comum a ambos planos de governo para a retomada de investimento, emprego e reindustrialização. Porém, há uma diferença quanto às opções de políticas iniciais fomentadoras da retomada dos empregos. O plano pedetista aponta, para além dos investimentos públicos, o aumento das exportações, principalmente do setor industrial, como forma de se combater o desemprego enquanto o mercado interno estiver desaquecido (2018, p.5). O plano petista, para além do investimento público, destacou o “estímulo ao crédito acessível para combater a inadimplência das famílias e empresas, num círculo virtuoso que ative a produção, o consumo e a economia nacional” (2018, p.6). Destas disposições vislumbra-se duas correntes de pensamento desenvolvimentista que foram distinguidas e estudadas em certo grau por Bresser-Pereira e Pedro Bastos: o Novo Desenvolvimentismo e o Social Desenvolvimentismo.

Pedro Bastos traça o Novo Desenvolvimentismo como centrado nas políticas macroeconômicas, isto é, juros e câmbio, para efetivar a expansão do mercado produtivo,

mesmo para exportação, e, por conseguinte, almejando a industrialização e inovação produtiva. Já o desenvolvimentismo social seria um modelo ainda incipiente que servindo-se da ideia de apreciação cambial e da inflação baixa visa efetivar direitos e expandir os salários mínimos para ampliar o mercado interno e explorar o consumo de massa, para além de uma política industrial. Como crítica o autor aponta que o Novo Desenvolvimentismo seria contaminado pela crença de que os mercados teriam mecanismos eficientes de alocação de recursos produtivos, enquanto o Social Desenvolvimentismo pecaria pela falta de controle macroeconômico e a consequente insustentabilidade no tempo.

Bresser-Pereira, nesta linha de estudo, afirma, em mais recente artigo, um caráter implicitamente social no Novo-Desenvolvimentismo que se coaduna a teoria como fator essencial de viabilidade, isto é, “o desenvolvimento econômico só é sustentável quando os salários crescem no longo prazo”(2016, p.246). Por outro lado, o Social Desenvolvimentismo, para tal autor, não possuiria arcabouço teórico, precisando, ainda, criar modelos e teorias para poder se contrapor como outro caminho sustentável de desenvolvimento.

Essas diferenças localizam-se em uma zona de incerteza, tendo em vista as especificidades de cada candidato, partido e plano de governo e a falta de filiação direta a cada corrente. Contudo, pode-se enxergar - para além dos destaques acima na política de criação de empregos constante nos planos de governo - pontos de intersecção entre o produtivismo inclusivo de Mangabeira e a corrente ideia do Novo Desenvolvimentismo e o ideário da riqueza meritocrática e ilusão desenvolvimentista de Arrighi e o Social Desenvolvimentismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou introduzir provocações que precisam ser mais exploradas e ampliadas. Entretanto, os exames de compatibilidade entre livros, entrevistas, planos de governo de 2018 e a base teórica de Giovanni Arrighi e Roberto Mangabeira Unger pôde nos apontar que há um diálogo presente entre as visões de mundo e as visões de desenvolvimento dos teóricos e os escritos e o que foi dito pelos presidentiáveis em entrevistas. Ademais, vislumbra-se na análise do plano de governo uma característica suave de distinção na política de criação de empregos que adentra a discussão sobre novo e social desenvolvimentismo, mas também a de crenças e prioridades estabelecidas pelos

partidos, que sofrem, em indeterminada medida, influência dos teóricos-base dos presidencialistas.

A insistência na ideia de diagnóstico e projeto adjacente que interpreta o desenvolvimento como produto do crescimento e mudança das estruturas que dariam melhores empregos, se somado a políticas sociais, como a educação, é essencialmente de Mangabeira e está constante em entrevistas, livros e no plano de governo do Ciro Gomes em 2018.

A preocupação central com a refundação democrática, com o estímulo ao consumo e à afirmação de direitos sociais no plano de governo de Haddad; a sobrepujação dos direitos sociais sobre a questão do planejamento nas entrevistas; e a priorização do objetivo socialista conforme os livros, coaduna-se à interpretação arrighiana de ilusão desenvolvimentista e sua consequente preocupação com a riqueza meritocrática da semiperiferia e luta pela permanência da democracia.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. The Developmentalist Illusion: A Reconceptualization of the Semiperiphery. In W.G Martin, ed., *Semiperipheral States in the World-Economy*, Greenwood Press, Westport, CT, 1990, p, 11-42

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 2.Ed. Rio de Janeiro:Vozes, 1997.

BRASIL.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e o social desenvolvimentismo. **Economia e sociedade**, v. 21, p. 779-810, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o novo desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 36, p. 237-265, 2016.

GOMES, Ciro Ferreira. **Projeto Nacional: o dever da esperança**. São Paulo: Leya, 2020.

GOMES, Ciro Ferreira; UNGER, Roberto Mangabeira. **O próximo passo: uma alternativa prática ao neoliberalismo**. Topbooks, 1996.

GOMES, Ciro Ferreira. Conexão Xangai #18 - Ciro Gomes e o Dever da Esperança. Youtube, 6 jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mMo0w879N2c>

GOMES, Ciro; HADDAD, Fernando. Brazil Conference at Harvard & MIT (dia 17 de Abril) - PARTE 2. Youtube, 17 abril 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6iwW8E1ueg4>

HADDAD, Fernando. **Em defesa do socialismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

HADDAD, Fernando et al. **Sindicatos, cooperativas e socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

HADDAD, Fernando. Conexão Xangai #04 - Fernando Haddad e os desafios da esquerda. Youtube, 14 fev. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h-5k9NGXz9U>

KENNEDY, Duncan. Three globalizations of law and legal thought: 1850-2000. **The new law and economic development: A critical appraisal**, v. 19, p. 19-73, 2006.

OCTAVIANI, Alessandro Serafim. Recursos genéticos e desenvolvimento: os desafios furtadiano e gramsciano. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Partido dos Trabalhadores. PLANO DE GOVERNO 2019-2022, O POVO FELIZ DE NOVO. 2018.

Partido Democrático Trabalhista. DIRETRIZES PARA UMA ESTRATÉGIA NACIONAL

E DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL 2019-2022, BRASIL SOBERANO. 2018.

SCHULTZ, Theodore W. Investment in human capital. *The American economic review*, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Depois do colonialismo mental: repensar e reorganizar o Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2018

UNGER, Roberto Mangabeira. **O direito na sociedade moderna**. Contribuição à crítica da teoria social, 1979.